

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1363423 - DF (2013/0011973-5)**

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

**EMBARGANTE : VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA**

**ADVOGADOS : MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS E**

**OUTRO(S) - DF009466**

**VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA - DF026717**

**BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU - DF043143**

**EMBARGADO : DISTRITO FEDERAL**

**PROCURADOR : MARLON TOMAZETTE E OUTRO(S) - DF014006**

## EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISTRIBUIÇÃO DA VERBA SUCUMBENCIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA DESPROVIDOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado.

2. A Corte de origem determinou a distribuição dos ônus de sucumbência na proporção de 80% em favor da parte autora e 20% para a parte ré, observando a improcedência dos pedidos referentes à falta de liquidez dos créditos, prescrição e quanto ao pedido de nulidade dos autos de infração. Nesse contexto, apenas foi afastada, em sede de Recurso Especial, a prescrição, devendo ser mantida a proporção da distribuição verba sucumbencial. Não se vislumbra, portanto, omissão, contradição ou obscuridade a justificar a alteração do julgado na presente seara.

3. Por sua vez, quanto ao pedido de que sejam fixados honorários recursais, nos termos do art. 85, § 1o. e 11o. do Código Fux, tem-se que não se revelam cabíveis. O acórdão recorrido foi publicado na vigência do Código Buzaid (fls. 520), de modo que inaplicável à espécie tal instituto, conforme disposto no Enunciado Administrativo 7/STJ.

4. Embargos de Declaração da Empresa desprovidos.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

